



Eixo Temático: Educação Diversidade, Inclusão e Desigualdades

INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: estratégias para a articulação entre família, escola e equipe multidisciplinar

SCHOOL INCLUSION OF CHILDREN WITH DISABILITIES: strategies for articulation between family, school, and the multidisciplinary team

Grasiele da Conceição de Oliveira¹

Cleusa Inês Ziesmann²

RESUMO

O estudo analisa a inclusão escolar de crianças com deficiência, com foco na articulação entre escola, família e equipe multidisciplinar. Desenvolvido no contexto da Educação Especial Inclusiva, parte da problemática da fragmentação das práticas e da fragilidade na comunicação entre os atores envolvidos. O objetivo é investigar como estratégias colaborativas podem favorecer o processo inclusivo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo relato de experiência, fundamentada na observação participante e em registros reflexivos. Os resultados evidenciam que a inclusão efetiva depende de uma rede de apoio articulada, na qual o diálogo contínuo supera práticas medicalizantes e fortalece a atuação docente. Conclui-se que a construção de uma cultura de corresponsabilidade, baseada no planejamento colaborativo e na integração de saberes, é essencial para promover práticas pedagógicas inclusivas e garantir o desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Educação especial; Articulação intersetorial; Práticas colaborativas.

ABSTRACT

This study analyzes the school inclusion of children with disabilities, focusing on the articulation between school, family, and the multidisciplinary team. Developed within the context of Inclusive Special Education, it addresses the issue of fragmented practices and weak communication among the involved actors. The objective is to investigate how collaborative strategies can enhance the inclusion process. Methodologically, this is a qualitative study based on an experience report, grounded in participant observation and reflective records. The results show that effective inclusion depends on an articulated support network, in which continuous dialogue overcomes medicalizing practices and strengthens teaching practices. It is concluded that building a culture of shared responsibility, based on collaborative planning and the

¹ Acadêmica no curso de Segunda Licenciatura em Educação Especial, na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS Campus Erechim. E-mail: grasieleoliveira216@gmail.com

² Doutora em Educação (PUCRS). Professora na Universidade Federal da Fronteira Sul - campus Cerro Largo/RS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7114-5432> . E-mail: cleusa.ziesmann@uffs.edu.br



integration of knowledge, is essential to promote inclusive pedagogical practices and ensure the comprehensive development of students.

Keywords: School inclusion; Special education; Intersectoral articulation; Collaborative practices.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar na rede pública brasileira enfrenta o desafio de transpor barreiras burocráticas e atitudinais para alcançar uma prática pedagógica que contemple a real diversidade dos estudantes. Nesse sentido, a inclusão de crianças com deficiência no contexto da educação pública brasileira configura-se como um campo de tensões entre avanços normativos e desafios concretos de implementação, evitando redundâncias conceituais e qualificando o debate. Embora marcos legais como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva estabeleçam o direito à educação em classes comuns, a efetivação desse princípio ainda esbarra em barreiras estruturais, pedagógicas e, sobretudo, atitudinais. Nesse cenário, a inclusão não pode ser compreendida apenas como acesso ou permanência, mas como um processo que exige transformação das práticas escolares, das concepções de ensino e das relações institucionais.

Este estudo, desenvolvido no âmbito da segunda licenciatura em Educação Especial Inclusiva, aborda a fragilidade na articulação entre a equipe multidisciplinar e a escola, problema que frequentemente isola o docente e fragmenta o processo de ensino-aprendizagem. A partir dessa problemática, torna-se necessário aprofundar a compreensão conceitual da inclusão escolar, entendida como o reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo do processo educativo, deslocando o foco de uma lógica integracionista — que responsabiliza o estudante por sua adaptação — para uma perspectiva inclusiva, que demanda da escola a reorganização de seus modos de ensinar e aprender. Tal compreensão dialoga com o modelo social da deficiência, que entende as limitações não como atributos individuais, mas como resultado da interação entre o sujeito e um ambiente que pode ser excludente. Assim, pensar a inclusão requer problematizar práticas que, ainda que sob o discurso da igualdade, produzem exclusão simbólica e pedagógica.

O objetivo geral é investigar a articulação entre o apoio especializado, a instituição escolar e o núcleo familiar para desenvolver estratégias colaborativas que favoreçam a inclusão



escolar. Articulado a esse objetivo, evidencia-se a relevância da articulação entre escola, família e equipe multidisciplinar, entendida não como uma ação complementar, mas como condição estruturante para a efetivação de práticas inclusivas. No entanto, observa-se, na realidade das redes públicas, a fragilidade dessa articulação, frequentemente marcada por ações fragmentadas, comunicação incipiente e ausência de planejamento coletivo. Tal cenário contribui para o fenômeno da “solidão pedagógica” docente, no qual o professor se vê responsabilizado individualmente por demandas complexas, sem o suporte necessário para desenvolver intervenções qualificadas.

A justificativa pauta-se na urgência de superar a "solidão pedagógica" e fortalecer a parceria com as famílias para garantir o desenvolvimento integral da criança. Nessa direção, o estudo ancora-se na necessidade de superar práticas isoladas e promover uma cultura de corresponsabilidade educativa, na qual diferentes saberes — pedagógicos, familiares e técnicos — dialoguem de forma horizontal e integrada. Mais do que propor soluções prescritivas, pretende-se tensionar concepções naturalizadas sobre inclusão, evidenciando que sua efetivação depende menos de dispositivos legais e mais da construção de vínculos, do compromisso ético e da disposição para o trabalho coletivo no interior das instituições escolares.

Para sustentar essa discussão, o arcabouço teórico-legal fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que estabelecem a educação como um direito de todos e um dever compartilhado entre Estado, família e sociedade. Destaca-se que tais dispositivos legais não apenas asseguram o acesso à escolarização, mas também reafirmam o princípio da equidade, exigindo que os sistemas de ensino se organizem para atender às especificidades dos sujeitos, especialmente aqueles público-alvo da Educação Especial. No entanto, a literatura adverte que o sucesso dessas garantias depende de uma mudança na cultura escolar. Essa mudança implica deslocar práticas historicamente excludentes, ainda presentes no cotidiano das instituições, que tendem a homogeneizar os processos de ensino e desconsiderar as singularidades dos estudantes.

Autores como Schmidt (2016) e Mantoan (1997) ressaltam que a inclusão exige que o educador deixe de ser um mero executor de normas para tornar-se um pesquisador de sua própria prática. Nessa perspectiva, o professor assume um papel investigativo e reflexivo, mobilizando



saberes pedagógicos que ultrapassam a aplicação de técnicas e demandam análise crítica das condições reais de ensino. Conceitos como o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e o Plano de Ensino Individualizado (PEI) são fundamentais para que o currículo seja flexível e atenda às necessidades de cada estudante. O DUA, ao propor múltiplas formas de representação, expressão e engajamento, contribui para a construção de práticas pedagógicas mais acessíveis desde o planejamento, enquanto o PEI se configura como um instrumento de personalização do ensino, articulando objetivos, estratégias e avaliações de acordo com as especificidades do aluno. Entretanto, a efetividade desses dispositivos depende diretamente da articulação entre os profissionais da educação, da participação ativa da família e do suporte de equipes multidisciplinares, evitando que tais instrumentos se reduzam a documentos burocráticos desvinculados da prática.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e abordagem básica, utilizando o procedimento técnico do relato de experiência. Tal abordagem justifica-se pela possibilidade de compreender, em profundidade, os significados atribuídos às práticas inclusivas no contexto vivido, valorizando a subjetividade e a complexidade das relações estabelecidas no ambiente escolar. O estudo fundamenta-se na observação participante realizada por uma professora regente em uma sala de aula do ensino regular na rede pública, articulada à trajetória biográfica e reflexiva da coautora no papel de mãe de um aluno com deficiência. Essa dupla perspectiva — profissional e familiar — amplia o olhar investigativo, permitindo tensionar discursos e práticas a partir de diferentes lugares de fala e experiência.

O contexto da pesquisa abrange o cotidiano escolar e as interações com a rede de apoio multidisciplinar. Inclui-se, nesse cenário, a análise das relações estabelecidas entre professores, equipe gestora, profissionais de apoio especializado e familiares, evidenciando os desafios e as potencialidades da atuação intersetorial. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados diários de campo para o registro das observações e vivências práticas, além de uma análise documental de marcos legais e instrumentos pedagógicos, com ênfase no Plano de Ensino Individualizado (PEI). Os diários de campo possibilitaram o registro sistemático de situações pedagógicas, percepções e conflitos vivenciados, constituindo-se como importante



fonte de reflexão crítica. A análise dos dados ocorreu de forma descritivo-reflexiva, confrontando as experiências de campo com o referencial teórico sobre a educação intersetorial e colaborativa. Esse movimento analítico buscou não apenas descrever as práticas observadas, mas problematizá-las à luz dos pressupostos da educação inclusiva, evidenciando limites, contradições e possibilidades de transformação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados indicam que a inclusão efetiva depende de uma rede de apoio que valide o trabalho de sala de aula e integre as orientações clínicas ao contexto pedagógico. Nesse sentido, evidencia-se que a inclusão não se sustenta em ações isoladas, mas na construção de práticas interdependentes, o que dialoga com Mantoan (1997), ao afirmar que a inclusão implica a reorganização do sistema educacional como um todo, e não apenas adaptações pontuais. Identificou-se que a comunicação entre escola e especialistas muitas vezes é precária, limitada a laudos que descrevem patologias, mas não orientam sobre o manejo comportamental ou pedagógico da criança. Tal constatação revela uma lógica ainda medicalizante, criticada por Mitller, ao destacar que a ênfase excessiva no diagnóstico tende a deslocar o foco das barreiras pedagógicas e sociais para o indivíduo.

Observou-se que a ausência de diálogo efetivo entre os profissionais da educação e da saúde contribui para a fragmentação das intervenções, dificultando a continuidade e a coerência das práticas desenvolvidas com a criança, o que se contrapõe à perspectiva interativa defendida por Vygotsky (1998), segundo a qual o desenvolvimento ocorre nas relações sociais e nas mediações estabelecidas no contexto. Nessa perspectiva, os laudos, embora importantes como instrumentos de compreensão, mostram-se insuficientes quando não acompanhados de orientações aplicáveis ao cotidiano escolar. Isso reforça a necessidade de ressignificar o papel da equipe multidisciplinar, aproximando-se de uma atuação colaborativa que considere a mediação pedagógica como central no processo de aprendizagem.

Além disso, os dados apontam que, quando há espaços de escuta e troca entre professores, família e especialistas, as práticas pedagógicas tornam-se mais assertivas e sensíveis às necessidades da criança, favorecendo seu engajamento e aprendizagem. Tal achado converge com a perspectiva de Mantoan (1997), ao defender que a cooperação entre os



diferentes atores educacionais é condição indispensável para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Por outro lado, a ausência dessa articulação tende a intensificar a insegurança docente e a reprodução de práticas pouco inclusivas, muitas vezes pautadas na tentativa e erro. Sob a ótica vygotskiana, essa fragilidade pode comprometer a criação de zonas de desenvolvimento proximal, uma vez que o suporte necessário à aprendizagem não se efetiva de forma intencional e articulada. Assim, a inclusão escolar revela-se como um processo que exige não apenas conhecimento técnico, mas também construção coletiva, diálogo interprofissional e compromisso ético com o desenvolvimento integral do estudante. Como enfatiza Mittler (2003), trata-se de um processo contínuo de transformação das culturas, políticas e práticas escolares, e não de uma condição já dada ou plenamente alcançada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo, que consistiu em investigar a articulação entre o apoio especializado, a instituição escolar e o núcleo familiar na construção de estratégias colaborativas para a inclusão, conclui-se que a articulação intersetorial é o pilar que sustenta a escola inclusiva. Mais do que um elemento complementar, essa articulação revelou-se condição estruturante para a efetivação de práticas pedagógicas coerentes com os princípios da educação inclusiva.

Os principais achados demonstram que o diálogo contínuo impede que o professor regente trabalhe "no escuro", preservando sua saúde mental e garantindo a segurança pedagógica. Evidenciou-se, ainda, que a ausência dessa comunicação tende a reforçar práticas fragmentadas e pouco eficazes, ampliando a sensação de isolamento docente e comprometendo o desenvolvimento integral da criança.

As implicações para a prática sugerem que o planejamento colaborativo e o compartilhamento de metas entre todos os agentes envolvidos são o caminho para que a diversidade seja compreendida não como um problema, mas como uma condição inerente ao desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, a inclusão deixa de ser uma responsabilidade individual e passa a ser assumida como um compromisso coletivo, que exige mudanças nas culturas institucionais, nas formas de gestão e nas práticas pedagógicas.

Por fim, destaca-se que a consolidação de uma educação inclusiva depende menos da existência de dispositivos legais e mais da capacidade das instituições de promover relações

IV SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

XXIV ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

VI ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO
NO ENFRENTAMENTO
DA CRISE CLIMÁTICA**



 15 A 17 DE JUNHO DE 2026

 SALÃO DE ATOS - CAMPUS IJUÍ


Educação nas Ciências
MESTRADO E DOUTORADO
UNIJUI


UNIJUI
UNIVERSIDADE REGIONAL

dialógicas, construir redes de apoio efetivas e sustentar práticas colaborativas no cotidiano escolar. Assim, reafirma-se que a inclusão é um processo em constante construção, que demanda intencionalidade, reflexão crítica e engajamento coletivo de todos os sujeitos envolvidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Formação de professores e práticas pedagógicas**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.